

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 21/2010

Recomenda ao Governo que proceda ao reconhecimento da psoríase como doença crónica e altere o regime de comparticipação de medicamentos destinados exclusivamente a portadores de psoríase.

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que:

1 — Proceda ao reconhecimento formal da psoríase como doença crónica.

2 — Adote as medidas necessárias para assegurar aos portadores de psoríase o direito de auferirem comparticipação pelo escalão A dos medicamentos queratolíticos e antipsoriáticos, destinados exclusivamente a portadores de psoríase.

Aprovada em 28 de Janeiro de 2010.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Resolução da Assembleia da República n.º 22/2010

Recomenda ao Governo o reconhecimento da psoríase como doença crónica

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que reconheça a psoríase enquanto doença crónica, no sentido de viabilizar a aplicação aos portadores desta patologia dos regimes destinados aos doentes crónicos, nomeadamente no que concerne à comparticipação dos medicamentos e à isenção do pagamento de taxas moderadoras.

Aprovada em 28 de Janeiro de 2010.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto n.º 1/2010

de 8 de Março

A República Portuguesa e a República da Sérvia, com vista a promoverem a cooperação no domínio económico e reconhecendo o papel desempenhado pelos fluxos de investimento no reforço da cooperação económica e na promoção da prosperidade dos dois países, assinaram o Acordo sobre Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos.

O Acordo visa criar condições favoráveis aos investidores de ambos os Estados para que, no desempenho das suas actividades económicas, se estabeleçam no outro Estado com benefícios mútuos.

A concretização deste objectivo passa por nenhuma das Partes sujeitar os investimentos realizados no seu território por investidores da outra Parte a medidas de carácter discriminatório ou injustificadas.

O Acordo visa ainda proteger os investimentos de acções de expropriação, nacionalização ou de outras com efeitos

equivalentes, permitindo que tal possa ocorrer apenas por força de lei, na prossecução do interesse público, sem carácter discriminatório e mediante pronta indemnização.

Prevê também, entre outras medidas, a compensação por perdas, em caso de conflito armado ou situações idênticas, estabelecendo o direito à devida restituição ou indemnização.

No respeito pela soberania e pelas leis do país receptor, o presente Acordo protege ainda a transferência de capitais com vista à promoção da prosperidade económica dos dois Estados.

Assim:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Sérvia sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos, assinado em Lisboa em 16 de Setembro de 2009, cujo texto, nas versões autenticadas nas línguas portuguesa, sérvia e inglesa, se publica em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 28 de Janeiro de 2010. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Luís Filipe Marques Amado* — *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Assinado em 22 de Fevereiro de 2010.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 25 de Fevereiro de 2010.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA SÉRVIA SOBRE A PROMOÇÃO E A PROTECÇÃO RECÍPROCA DE INVESTIMENTOS

A República Portuguesa e a República da Sérvia, doravante referidas como as «Partes»:

Desejando intensificar a cooperação económica entre ambos os Estados;

Tencionando encorajar e criar condições favoráveis para a realização de investimentos pelos investidores de uma Parte no território da outra Parte numa base equitativa e de benefício mútuo;

Reconhecendo que a promoção e protecção recíproca de investimentos, nos termos deste Acordo, irão estimular o desenvolvimento económico sustentável;

acordam no seguinte:

Artigo 1.º

Definições

Para os efeitos do presente Acordo:

1 — O termo «investimentos» designa toda a espécie de activos, investidos pelos investidores de uma das Partes no território da outra Parte, de acordo com o direito aplicável neste último, o que em particular mas não exclusivamente, inclui:

a) Propriedade sobre bens móveis e imóveis, bem como quaisquer outros direitos reais, tais como hipotecas, penhores e garantias;

b) Acções, quotas, obrigações ou outras partes sociais que representem o capital de sociedades ou quaisquer

outras formas de participação e ou interesses económicos resultantes da respectiva actividade;

c) Direitos de crédito ou quaisquer outros direitos com valor económico, com exclusão de direitos relacionados com créditos decorrentes de contratos comerciais resultantes da venda de bens ou serviços, ou de créditos concedidos no âmbito destes contratos;

d) Direitos de propriedade intelectual, tais como direitos de autor, patentes, modelos de utilidade e desenhos industriais, marcas, denominações comerciais, segredos comerciais e industriais, processos técnicos, *know-how* e *goodwill*;

e) Concessões conferidas por força de lei, nos termos de um contrato ou acto administrativo emanado por uma autoridade pública competente, incluindo concessões para prospecção, pesquisa, exploração e extracção de recursos naturais.

2 — Qualquer alteração na forma de realização dos investimentos não afecta a sua qualificação como investimentos desde que essa alteração seja feita de acordo com a legislação da Parte no território da qual os investimentos tenham sido realizados.

3 — O termo «investidores» designa qualquer pessoa de uma das Partes que invista no território da outra Parte, de acordo com o direito desta última Parte:

a) «Pessoas singulares» com a nacionalidade de qualquer das Partes; e

b) «Pessoas colectivas», incluindo corporações, sociedades comerciais ou outras formas de sociedade ou associação, que tenham sede no território de uma das Partes e estejam incorporadas ou constituídas de acordo com a legislação dessa Parte.

4 — O termo «rendimentos» designa os proveitos gerados por investimentos, num determinado período, em particular, mas não exclusivamente, lucros, dividendos, juros, *royalties*, pagamentos por conta de assistência técnica ou outras formas de ganhos relacionados com o investimento.

5 — Caso os rendimentos de investimentos, na definição que acima é dada, venham a ser reinvestidos, os rendimentos resultantes desse reinvestimento serão havidos também como rendimentos do primeiro investimento.

6 — Os rendimentos dos investimentos gozam da mesma protecção concedida aos investimentos.

7 — O termo «território» designa:

a) No que se refere à República Portuguesa: o território no qual a República Portuguesa tem, de acordo com o direito internacional e a respectiva legislação interna, direitos soberanos ou jurisdição, incluindo o território terrestre, o mar territorial e o espaço aéreo sobre estes, assim como as áreas marítimas adjacentes ao mar territorial, o leito do mar e o correspondente subsolo;

b) No que se refere à República da Sérvia: a área sobre a qual a República da Sérvia exerce, de acordo com o seu direito interno e o direito internacional, direitos soberanos ou jurisdição.

Artigo 2.º

Âmbito

O presente Acordo aplica-se a todos os investimentos realizados por investidores de uma das Partes no território da outra Parte, antes e após a sua entrada em vigor, em confor-

midade com o respectivo direito aplicável, com excepção dos diferendos que resultem de factos ocorridos antes da sua entrada em vigor.

Artigo 3.º

Promoção e protecção dos investimentos

1 — Ambas as Partes encorajarão e criarão condições favoráveis, no seu território, à realização de investimentos por investidores da outra Parte, sendo tais investimentos admitidos, no seu território, em conformidade com o respectivo direito aplicável.

2 — Os investimentos realizados por investidores de qualquer das Partes de acordo com o respectivo direito aplicável serão sempre objecto de tratamento justo e equitativo e gozarão de plena protecção e segurança no território da outra Parte.

3 — As Partes não sujeitarão a gestão, manutenção, uso, fruição ou disposição dos investimentos realizados no seu território por investidores de outra Parte a medidas injustificadas, arbitrárias ou de carácter discriminatório.

Artigo 4.º

Tratamento nacional e cláusula da nação mais favorecida

1 — Aos investimentos realizados por investidores de uma das Partes no território da outra Parte será concedido um tratamento não menos favorável do que a última Parte concede aos investimentos dos seus investidores ou aos investimentos de qualquer Estado terceiro, qualquer que seja o mais favorável.

2 — Aos investidores de uma das Partes será concedido pela outra Parte, no que se refere à gestão, manutenção, uso, fruição ou disposição dos seus investimentos, um tratamento não menos favorável do que a última Parte concede aos seus próprios investidores ou aos investidores de qualquer Estado terceiro.

3 — O tratamento da nação mais favorecida também se aplica à resolução de diferendos.

4 — As disposições deste artigo não podem ser interpretadas no sentido de obrigarem uma Parte a conceder aos investidores da outra Parte o benefício decorrente de qualquer tratamento, preferência ou privilégio que possa ser concedido por aquela Parte em virtude de:

a) Existente ou futura zona de comércio livre, união aduaneira, mercado comum ou outro acordo internacional similar, incluindo outras formas de cooperação económica regional dos quais qualquer das Partes seja ou possa vir a ser Parte; e

b) Acordos bilaterais e multilaterais, que tenham ou não natureza regional, que digam respeito no todo ou essencialmente a tributação.

5 — As Partes concordam que as disposições deste artigo não prejudicam o direito de qualquer das Partes aplicar as disposições pertinentes do seu direito fiscal que estabeleçam uma distinção entre contribuintes que não se encontrem em idêntica situação no que se refere ao seu lugar de residência ou ao lugar em que o capital é investido.

Artigo 5.º

Aplicação de outras regras

1 — Se as disposições do direito aplicável de cada uma das Partes ou as obrigações decorrentes do direito inter-

nacional existentes ou a estabelecer futuramente entre as Partes, para além do presente Acordo, estabelecerem um regime, geral ou especial, que confira aos investimentos efectuados por investidores da outra Parte um tratamento mais favorável do que o previsto no presente Acordo, esse regime, na medida em que seja mais favorável, prevalecerá sobre o presente Acordo.

2 — Cada Parte deverá cumprir quaisquer obrigações emergentes, para além das assumidas no presente Acordo, em relação aos investimentos efectuados por investidores da outra Parte no seu território.

Artigo 6.º

Expropriação

1 — Os investimentos realizados por investidores de uma Parte no território da outra Parte não serão expropriados, nacionalizados ou sujeitos a outras medidas com efeitos equivalentes à expropriação ou nacionalização (adiante designadas como «expropriação»), excepto por força de lei, efectuada no interesse público, sem carácter discriminatório e mediante pronta indemnização.

2 — A indemnização referida corresponderá ao valor de mercado que os investimentos expropriados tinham à data imediatamente anterior ao momento em que a expropriação tenha ocorrido ou ao momento em que a futura expropriação seja do conhecimento público, contando, para o efeito, a primeira das datas.

3 — A indemnização será paga sem demora, incluirá juros à taxa comercial usual, desde a data da expropriação até à data do pagamento, e será pronta, efectiva, adequada e livremente transferível em moeda convertível, à taxa de câmbio aplicável à data da transferência no território da Parte em que se situa o investimento.

4 — Os investidores cujos investimentos tenham sido expropriados terão o direito, de acordo com a legislação da Parte no território da qual os bens tiverem sido expropriados, à pronta revisão dos seus casos, em processo judicial ou outro adequado, incluindo a avaliação dos seus investimentos, de acordo com os princípios definidos neste artigo.

Artigo 7.º

Compensação por perdas

1 — Os investidores de uma das Partes que venham a sofrer perdas nos investimentos realizados no território da outra Parte, em virtude de guerra ou conflito armado, revolução, estado de emergência nacional ou outros eventos equivalentes nos termos do direito internacional, receberão dessa Parte tratamento não menos favorável do que o concedido por essa Parte aos investimentos dos seus próprios investidores ou aos investidores de qualquer terceiro Estado, consoante o que for mais favorável, no que diz respeito à restituição, indemnização ou outros factores pertinentes.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do presente artigo, aos investidores de uma Parte que, em qualquer das situações referidas naquele número, sofram perdas no território da outra Parte resultantes de:

a) Requisição da sua propriedade pelas autoridades da outra Parte; ou

b) Destruição da sua propriedade pelas autoridades da outra Parte, que não tenham sido causadas em acção de combate ou que não tenham sido requeridas pela necessidade da situação;

ser-lhes-á concedida compensação justa e adequada pelas perdas sofridas durante a requisição ou resultantes da destruição da sua propriedade.

3 — A compensação prevista neste artigo deverá ser, justa e adequada, paga sem demora e transferível livremente em moeda convertível, de acordo com a taxa de câmbio aplicável à data da transferência no território da Parte onde se situa o investimento.

Artigo 8.º

Transferências

1 — Ambas as Partes, em conformidade com o respectivo direito aplicável, garantem aos investidores da outra Parte a livre transferência das importâncias relacionadas com os seus investimentos, após dedução de quaisquer obrigações fiscais ou financeiras devidas, em particular, mas não exclusivamente:

a) Do capital e das importâncias adicionais necessárias à manutenção ou ampliação dos investimentos;

b) Dos rendimentos definidos no n.º 3 do artigo 1.º do presente Acordo;

c) Das importâncias necessárias para o serviço, reembolso e amortização de empréstimos, reconhecidas por ambas as Partes como investimentos;

d) Do produto resultante da alienação ou da liquidação total ou parcial dos investimentos;

e) Das indemnizações ou outros pagamentos previstos nos artigos 6.º e 7.º do presente Acordo;

f) De quaisquer pagamentos que possam ter sido efectuados em nome do investidor, nos termos do artigo 9.º do presente Acordo;

g) Dos pagamentos resultantes da resolução de diferendos, nos termos do artigo 11.º do presente Acordo;

h) Dos salários de trabalhadores estrangeiros devidamente autorizados a trabalhar em conexão com o investimento no território da outra Parte.

2 — As transferências referidas neste artigo são efectuadas sem demora, em moeda convertível, à taxa de câmbio praticada na data de transferência no território da Parte onde se situa o investimento.

3 — Para os efeitos do presente artigo, entende-se que uma transferência foi realizada «sem demora» quando a mesma for efectuada dentro do prazo normalmente necessário para o cumprimento das formalidades de transferência indispensáveis, o qual não poderá, em caso algum, exceder 30 dias a contar da data de apresentação do requerimento de transferência.

Artigo 9.º

Sub-rogação

No caso de uma das Partes ou a agência por ela designada efectuar pagamentos a um dos seus investidores em virtude de uma garantia prestada a um investimento realizado no território da outra Parte, fica por esse facto sub-rogada nos direitos e acções desse investidor, podendo exercê-los nos mesmos termos e condições que o titular originário.

Artigo 10.º

Resolução de diferendos entre as Partes

1 — Os diferendos que surjam entre as Partes sobre a interpretação e aplicação do presente Acordo serão, na

medida do possível, resolvidos através de negociações, por via diplomática.

2 — Se as Partes não chegarem a um entendimento no prazo de seis meses após o início das negociações, o diferendo será submetido, a pedido de qualquer das Partes, a um tribunal arbitral.

3 — O tribunal arbitral referido no n.º 2 deste artigo será composto *ad hoc* da seguinte forma:

a) Cada Parte designará um membro e esses dois membros proporão um nacional de um terceiro Estado como presidente para ser nomeado pelas duas Partes;

b) Os membros serão nomeados no prazo de dois meses e o presidente será nomeado no prazo de três meses contados a partir da data em que uma das Partes notifica a outra por escrito de que tenciona submeter o diferendo a um tribunal arbitral;

c) O presidente do tribunal arbitral tem de ser nacional de um Estado com o qual ambas as Partes mantêm relações diplomáticas.

4 — Se os prazos especificados no n.º 3 do presente artigo não tiverem sido cumpridos, cada Parte pode, na ausência de um qualquer outro entendimento, convidar o Presidente do Tribunal Internacional de Justiça a proceder às nomeações necessárias.

5 — Se o Presidente estiver impedido de desempenhar tal função, ou for nacional de uma das Partes, as nomeações serão feitas pelo membro do tribunal designado em função da sua antiguidade e desde que não esteja impedido de proceder a essas nomeações e não seja nacional de qualquer das Partes.

6 — O tribunal arbitral determinará as suas regras de procedimento.

7 — O tribunal arbitral decidirá nos termos das disposições do presente Acordo, bem como dos princípios gerais de direito e das regras de direito internacional.

8 — O tribunal arbitral decidirá por maioria de votos.

9 — As decisões do tribunal serão finais e vinculativas para ambas as Partes.

10 — Cada Parte suportará os custos com o seu próprio árbitro e a sua representação no processo arbitral. Ambas as Partes assumem uma repartição igualitária dos custos relativos ao presidente e de quaisquer outras despesas.

11 — O tribunal pode regular de forma diferente a repartição das despesas.

Artigo 11.º

Resolução de diferendos entre uma Parte e um investidor da outra Parte

1 — Qualquer diferendo que surja entre um investidor de uma das Partes e a outra Parte, relacionado com um investimento desse investidor no território da outra Parte, será resolvido de forma amigável através de negociações.

2 — Se não for possível resolver o diferendo de acordo com o previsto no n.º 1 do presente artigo num período de seis meses contado da data do pedido de resolução do diferendo, o investidor poderá submeter o diferendo:

a) Aos tribunais competentes da Parte na qual o investimento foi realizado; ou

b) Ao Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos (CIRDI), através de conciliação ou arbitragem, estabelecido ao abrigo da Convenção

para a Resolução de Diferendos sobre Investimentos entre Estados e Nacionais de Outros Estados, adoptada em Washington D.C. em 18 de Março de 1965; ou

c) A um tribunal arbitral *ad hoc*, estabelecido de acordo com as regras de arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (CNUDCI); ou

d) Em conformidade com quaisquer outras regras de arbitragem, desde que para tal o Estado Parte no diferendo dê o seu consentimento.

3 — A decisão de submeter o diferendo a qualquer das formas supra-referidas é final.

4 — Sem prejuízo do n.º 3 deste artigo, se o investidor optar por resolver o litígio nos tribunais nacionais da Parte onde se situa o investimento e após o decurso de um período de 24 meses não tiver sido proferida qualquer decisão do tribunal, o investidor pode sujeitar o diferendo à arbitragem internacional de acordo com o n.º 2 deste artigo, notificando o tribunal nacional da sua decisão.

5 — A sentença será final e vinculativa para as Partes e não será objecto de recurso ou outro qualquer meio além dos previstos na legislação nacional. A sentença será executada de acordo com o direito nacional da Parte em cujo território o investimento foi feito.

6 — Após a conclusão do processo judicial ou arbitral e em caso de incumprimento da sentença proferida nos termos deste artigo, as Partes podem, a título excepcional, recorrer à via diplomática, com vista a garantir a execução da referida sentença.

Artigo 12.º

Consultas

Os representantes das Partes deverão, sempre que necessário, realizar consultas sobre qualquer matéria relacionada com a interpretação e aplicação deste Acordo. Estas consultas serão realizadas sob proposta de qualquer das Partes, a qual deverá, se necessário, propor reunir em local e data a acordar por via diplomática.

Artigo 13.º

Entrada em vigor

O presente Acordo entrará em vigor 30 dias após a recepção da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos todos os procedimentos legais internos necessários para a respectiva entrada em vigor.

Artigo 14.º

Vigência e denúncia

1 — O presente Acordo permanecerá em vigor por um período de 10 anos.

2 — O presente Acordo será prorrogado por períodos sucessivos de 5 anos, excepto se uma das Partes notificar a outra, por escrito e por via diplomática, com uma antecedência mínima de 1 ano em relação ao termo do período inicial de 10 anos, da sua intenção de denunciar o presente Acordo.

3 — Após o período inicial de 10 anos, qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo, em qualquer momento, mediante notificação à outra Parte, por escrito, com a antecedência mínima de 1 ano. A notificação será enviada por via diplomática.

4 — No que se refere aos investimentos realizados antes da data de denúncia do presente Acordo, as disposições

dos artigos 1.º a 12.º permanecerão em vigor por um período de 10 anos a contar da data de denúncia do presente Acordo.

Feito em Lisboa em 16 de Setembro de 2009, em duplicado, nas línguas portuguesa, sérvia e inglesa, fazendo todos os textos igualmente fé. Em caso de divergência de interpretação deste Acordo, prevalecerá a versão inglesa.

Pela República Portuguesa:

Maria Margarida Figueiredo, Directora-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Pela República da Sérvia:

Dusko Lopandic, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Sérvia na República Portuguesa.

СПОРАЗУМ

ИЗМЕЂУ

РЕПУБЛИКЕ СРБИЈЕ

И

РЕПУБЛИКЕ ПОРТУГАЛ

О УЗАЈАМНОМ ПОДСТИЦАЊУ И ЗАШТИТИ УЛАГАЊА

Република Србија и Република Португал (у даљем тексту: Стране),

У жељи да интензивирају економску сарадњу између две државе,

У намери да охрабре и створе повољне услове за улагања извршена од стране улагача једне Стране на територији друге Стране, на бази једнакости и узајамне користи,

Уверене да ће узајамно подстицање и заштита улагања на основу овог Споразума подстаћи одрживи економски развој,

Споразумеле су се о следећем:

Члан 1. Дефиниције

У смислу овог споразума:

1. Израз „улагање” означава сваку врсту средстава коју улагач једне Стране уложи на територији друге Стране, у складу са њеним законима и прописима и обухвата посебно, мада не и искључиво:

(а) својину на покретним и непокретним стварима као и друга сродна права на ствари, као што су хипотека, залога и јемство;

(б) акције, обвезнице, деонице или било који други облик учешћа у капиталу привредних друштава и/или економски интерес који проистиче из одређене активности привредног друштва;

(в) новчана потраживања, као и било која друга потраживања која имају економску вредност, али не обухвата новчана потраживања која проистичу из комерцијалних уговора по основу продаје роба и услуга, или кредита одобрених у вези са таквим комерцијалним уговорима;

(г) права интелектуалне својине, као што су ауторска права, патенти, модели коришћења, индустријски дизајн, трговачки знаци, трговачко име, трговинске и пословне тајне, технички процеси, као и *know how* и *goodwill*;

(д) концесије одобрене законом или на основу уговора или административног акта издатог од стране надлежног државног органа, укључујући концесије за испитивање, истраживање, вађење и коришћење природних богатстава.

2. Било каква промена облика у коме се улагање врши неће утицати на његов карактер као улагања, под условом да таква промена није у супротности са законима и прописима Стране на чијој територији је улагање извршено.

3. Израз „улагач” означава било које лице једне Стране које улаже на територији друге Стране у складу са њеним законима:

(а) физичко лице које има држављанство било које Стране;

(б) правно лице, укључујући корпорације, компаније или друга привредна друштва или удружења, чије седиште је на територији било које Стране, а које је основано или организовано у складу са законима те Стране.

4. Израз „приходи” означава новчане износе које доноси улагање у одређеном периоду и обухвата, посебно, али не и искључиво, профит, дивиденде, камате, накнаде по основу интелектуалне својине, накнаде за техничку помоћ, као и друге облике прихода у вези са улагањем.

5. У случајевима да се приход од улагања, у горе наведеном смислу, реинвестира, ти реинвестирани приходи се такође сматрају приходима по основу првобитног улагања.

6. Приходи од улагања заштићени су на исти начин као и улагање.

7. Израз „територија” означава:

- У односу на Републику Србију: Територију над којом Република Србија врши суверена права и јурисдикцију у складу са својим националним законодавством и међународним правом.

- У односу на Републику Португал: Територију над којом Република Португал остварује, у складу са међународним правом и својим националним законима суверена права или јурисдикцију, укључујући територију земљишта, територијално море и ваздушни простор над њима, као и морску територију изван границе територијалног мора, укључујући морско и подморско дно.

Члан 2. Примена

Овај споразум се односи на сва улагања која изврше улагачи једне Стране на територији друге Стране пре као и после његовог ступања на снагу у складу са важећим законским одредбама, али се не примењује на спорове који су настали пре његовог ступања на снагу.

Члан 3. Подстицање и заштита улагања

1. Свака Страна ће подстицати и стварати повољне услове за улагаче друге Стране да улажу на њеној територији и дозвољавати таква улагања на својој територији у складу са својим законима и прописима.

2. Улагања улагача сваке Стране извршена у складу са важећим законима и прописима ће, у свако време, уживати правичан и равноправан третман и пуну заштиту и безбедност на територији друге Стране.

3. Ниједна од Страна неће, ни на који начин, неразумним или дискриминаторним мерама ометати управљање, одржавање, коришћење, уживање или располагање улагањима улагача друге Стране на својој територији.

Члан 4. Национални третман и третман најповлашћеније нације

1. Улагања улагача једне Стране на територији друге Стране ће уживати третман који неће бити мање повољан од оног који друга Страна обезбеђује улагањима сопствених улагача или улагањима улагача трећих држава, зависно од тога који је повољнији.

2. Улагачи једне Стране ће уживати, у погледу управљања, одржавања, коришћења, уживања или располагања њиховим улагањима, третман који није мање повољан од третмана који друга Страна додељује сопственим улагачима или улагачима трећих земаља.

3. Третман најповлашћеније нације ће се примењивати и на решавање спорова.

4. Одредбе овог члана неће се тумачити као обавеза Стране да улагачима друге Стране даје било какву предност у третману, преференцијале или привилегије које прве Стране уговорнице може доделити у оквиру:

(а) садашњег или будућег споразума о слободној трговини, царинској унији, заједничком тржишту, или сличном међународном споразуму укључујући и неке друге облике регионалне економске сарадње у којој свака Страна јесте или може постати члан; и

(б) билатералног или мултилатералног споразума, без обзира да ли има карактер регионалног или не, који се у целисти или делимично односи на опорезивање.

5. Стране су сагласне да се одредбе овог члана неће односити на право сваке Стране да примењује одговарајуће одредбе својих пореских закона које се односе на разлике у статусу пореских обвезника у зависности од тога да ли су резиденти или не, или у зависности од места где су уложили свој капитал.

Члан 5. Примена других одредаба

1. Ако одредбе закона било које од Страна, или обавезе које постоје по основу међународног права или се утврђују између Страна овим споразумом, садрже одредбе, опште или посебне, којима се улагањима улагача друге Стране, даје третман који је повољнији од третмана који се обезбеђује овим Споразумом, такве одредбе ће, у мери у којој су повољније, имати предност у примени над овим Споразумом.

2. Свака Страна ће испунити и друге настале обавезе, изузев оних утврђених овим Споразумом које се тичу улагања улагача друге Стране на њеној територији.

Члан 6. Експропријација

1. Улагања улагача било које Стране неће бити национализована, експроприисана, нити подвргнута другим мерама по дејству једнаким национализацији или експропријацији (у даљем тексту: експропријација) на територији друге Стране, осим на основу закона, у јавном интересу, на недискриминаторној основи и уз промтну накнаду.

2. Оваква накнада ће одговарати тржишној вредности експроприсаног улагања каква је била непосредно пре експропријације или пре него што је експропријација постала опште позната чињеница, у зависности од тога шта је било пре.

3. Накнада ће бити исплаћена без одлагања, укључиваће уобичајену тржишну камату обрачунату од дана када је експропријација извршена до датума исплате, и биће хитна, ефикасна, одговарајућа и слободно трансферабилна у конвертибилну валуту у складу са обрачунским курсом који се примењује на дан трансфера на територији Стране где је улагање извршено.

4. Улагачи чије је улагање експроприисано ће имати право, у складу са законима Стране која врши експропријацију, на хитно решавање његовог предмета од стране судског или другог независног органа те Стране, и на вредновање његовог улагања у складу са принципима наведеним у овом члану.

Члан 7. Накнада губитака

1. Улагачи једне Стране чија улагања претрпе штету на територији друге Стране услед рата или другог оружаног сукоба, устанка, ванредног стања, или другог догађаја који се таквим сматра у складу са међународним правом, обезбедиће у погледу накнаде, обештећења, или другог начина утврђења накнаде штете, третман који није мање повољан од оног који та Страна даје сопственим улагачима или улагачима било које треће државе, у зависности од тога који је повољнији.

2. Без обзира на одредбе става 1. овог члана, улагачима једне Стране уговорнице који, у било којој од ситуација наведених у том ставу, претрпе штету на територији друге Стране уговорнице, која је последица:

(а) заплене њихове имовине од стране органа власти друге Стране уговорнице, или

(б) уништавања њихове имовине од стране органа власти друге Стране уговорнице, које није настало као последица оружаног сукоба и није било неопходно услед настале ситуације,

обезбедиће се правична и одговарајућа накнада претрпљене штете настале запленом или уништавањем њихове имовине.

3. Накнада наведена у овом члану биће правична и адекватна, платиће се без одлагања и биће слободно трансферабилна у конвертибилну валуту, по обрачунском курсу који се примењује на дан трансфера на територији Стране где је улагање извршено.

Члан 8. Трансфери

1. Свака Страна ће, у складу са својим законима и прописима, гарантовати улагачима друге Стране, слободан трансфер новчаних износа који се односе на њихова улагања, по одбитку свих фискалних и других финансијских обавеза, а посебно, мада не и искључиво:

(а) уложеног капитала и додатних средстава за одржавање или повећање уложених средстава;

(б) прихода одређених у члану 1. став 3. овог Споразума;

(в) средстава за коришћење, отплату и одржавање кредита, за који су обе Стране сагласне да представља улагање;

(г) прихода од укупне или делимичне продаје или ликвидације улагања;

(д) износа накнада и других плаћања у складу чл. 6. и 7. овог Споразума;

(ђ) плаћања која могу бити извршена у име улагача у складу са чланом 9. Овог Споразума

е) плаћања која произилазе из решавања спорова у складу са чланом 11. Овог Споразума;

(ж) зарада које су зарадили страни радници овлашћени да раде у вези са улагањем на територији друге Стране.

2. Трансфери наведени у овом члану вршиће се без одлагања, у конвертибилној валути, по обрачунском курсу који се примењује на дан трансфера на територији Стране у којој је улагање извршено.

3. У смислу овог члана, сматраће се да је трансфер извршен „без непотребног одлагања“, када је реаклизован за време које је уобичајено потребно за испуњење неопходних формалности, које ни у ком случају неће трајати дужи од тридесет (30) дана од дана када је поднет захтев за реализацију трансфера.

Члан 9. Пренос права (Суброгација)

Ако Страна или њена овлашћена агенција изврши плаћање накнаде штете сопственом улагачу на основу гаранције коју је дала за улагање на територији друге Стране, другој Страна ће бити пренета права или активности тог улагача и она их може користити у истим роковима и под истим условима као и њихов првобитни ималац.

Члан 10. Решавање спорова између Страна

1. Спорови који настану између Страна у вези са тумачењем или применом овог споразума решаваће се, по могућности, преговорима, дипломатским путем.

2. Ако се спор између Страна не реши на овај начин у року од шест (6) месеци од дана започињања преговора он ће, на захтев једне од Страна, бити поднет арбитражном суду на решавање.

3. Арбитражни суд из става 2. овог члана ће се конституисати на *ad hoc* основи, за сваки појединачни случај, на следећи начин:

а) Свака Страна ће именовати по једног члана, а ова два члана ће предложити трећег држављанина треће земље, да буде председник кога ће именовати обе Стране.

б) Чланови ће бити именовани у року од два (2) месеца, а председник у року од три (3) месеца од дана када било која Страна писмено обавести другу да жели да покрене спор пред арбитражним судом.

в) Председник арбитражног суда треба да буде држављанин треће земље са којом свака од Страна одржава дипломатске односе.

4. Ако се у роковима утврђеним у ставу 3. овог члана не конституише арбитражни суд, свака Страна може, у одсуству неког другог споразума, затражити од Председника Међународног суда правде да обави потребна именовања.

5. Ако је Председник држављанин било једне или друге Стране, или ако је на други начин спречен да обави ову функцију, именовање може извршити члан Суда који следећи по старешинству и који није држављанин било једне или друге Стране нити је на други начин спречен да обави именовања.

6. Арбитражни суд ће утврдити сопствену процедуру рада.

7. Арбитражни суд ће одлучивати на основу одредаба овог Споразума, као и општеприхваћених принципа и правила међународног права.

8. Арбитражни суд доноси одлуке већином гласова.

9. Одлуке арбитражног суда су коначне и обавезујуће за обе Стране.

10. Свака Страна ће сносити трошкове учешћа свог арбитра и својих представника у арбитражном поступку. Трошкове Председника и преостале трошкове подједнако ће сносити обе Стране.

11. Арбитражни суд може донети и другачију одлуку по питању трошкова.

Члан 11.

Решавање спорова између улагача и друге Стране

1. Спор који може настати између улагача једне Стране и друге Стране који прилази из улагања улагача на територији друге Стране решаваће се пријатељским путем кроз преговоре.

2. Ако се спор не може решити у складу са ставом 1. овог члана у року од шест (6) месеци од дана подношења писменог захтева за решавање, улагач може спор поднети на решавање:

(а) надлежном суду Стране уговорнице на чијој територији је извршено улагање; или

(б) Међународном центру за решавање инвестиционих спорова (ИЦСИД) кроз мирене и суђење, основаног у складу са одредбама Конвенције о решавању инвестиционих спорова између држава и држављана других држава, отворене за потписивање у Вашингтону 18. марта 1965. године, или

(в) *ad hoc* арбитражном суду, основаним у складу са Арбитражним правилима Комисије Уједињених нација за трговинско право (UNCITRAL); или

(г) било ком другом арбитражном суду, уколико држава која је страна у спору да за то своју сагласност.

3. Одлука о избору да се спор решава на неки од горе поменутих начина је коначна.

4. Без обзира на став 3. овог члана, уколико улагач одлучи да спор решава пред домаћим судом Стране где је улагање извршено, и уколико одлука тог суда не буде донета у периоду од двадесетичетири (24) месеца, улагач може спор поднети на решавање међународном арбитражном суду у складу са ставом 2. овог члана, и мора о тој својој одлуци да обавести домаћи суд.

5. Одлука ће бити коначна и примењиваће се на стране у спору и неће бити предмет преиспитивања другим правним средствима осим оним предвиђеним у домаћим законима или прописима. Одлука ће бити извршавана у складу са домаћим законом Стране на чијој територији је улагање извршено.

6. Када је судска или арбитражна процедура окончана и Страна не поступи или не примени пресуду донету у складу са овим чланом, обе Стране могу, као изузетак, користити дипломатске канале ради гарантовања извршења наведене пресуде.

Члан 12.

Консултације

Представници Страна ће, када је потребно, одржати консултације о било ком питању у вези са тумачењем и применом овог споразума. Консултације ће се одржати на предлог једне од Страна, која ће, уколико је потребно, предложити место и време, а које ће бити договорено дипломатским путем.

Члан 13.

Ступање на снагу

Овај Споразум ће ступити на снагу тридесетог дана од дана који следи после пријема последњег писаног обавештења дипломатским путем, којим се потврђује да је унутрашња правна процедура за његово ступање на снагу, испуњена.

Члан 14.

Трајање и престанак важења Споразума

1. Овај Споразум остаје на снази у периоду од десет (10) година.

2. Овај споразум ће аутоматски наставити да важи у sukcesивним периодима од по пет година неограничено, осим ако једна Страна писмено, дипломатским путем, не обавести другу Страну, најмање годину дана пре истека рока, о својој намери да раскине Споразум.

3. По истеку основног периода од десет година, свака Страна може раскинути Споразум достављањем писменог обавештења о томе другој Страни, најмање годину дана пре истека рока. Обавештење ће бити достављено дипломатским путем.

4. Када се ради о улагањима реализованим пре престанка важења овог Споразума, одредбе чланова од 1. до 12. и даље ће остати на снази у периоду од наредних десет година од датума престанка његовог важења.

Сачињено у _____ дана _____ године у два оригинала, сваки на српском, португалском и енглеском језику при чему су сви текстови подједнако аутентични. У случају било какве разлике у тумачењу овог Споразума, меродаван је текст на енглеском језику.

ЗА РЕПУБЛИКУ СРБИЈУ
Амбасадор Душко Лопандић

Амбасадор Републике Србије у
Републици Португал

ЗА РЕПУБЛИКУ ПОРТУГАЛ
Амбасадор Maria Margarida
Figueiredo

Генерални директор за
техничке и економске
послове у Министарству
спољних послова

AGREEMENT BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE REPUBLIC OF SERBIA ON THE MUTUAL PROMOTION AND PROTECTION OF INVESTMENTS

The Portuguese Republic and the Republic of Serbia,
hereinafter referred to as the «Parties»;

Desiring to intensify the economic co-operation between
the two States;

Intending to encourage and create favourable condi-
tions for investments made by investors of one Party in

the territory of the other Party on the basis of equality and mutual benefit;

Recognising that the mutual promotion and protection of investments on the basis of this Agreement will stimulate economic sustainable development;

have agreed as follows:

Article 1

Definitions

For the purpose of this Agreement:

1 — The term «investments» means every kind of assets, invested by investors of one of the Parties in the territory of the other Party, in accordance with the laws and regulations of the latter, and in particular, though not exclusively, includes:

a) Movable and immovable property as well as any other rights in rem, such as mortgages, liens and pledges;

b) Shares, stocks, debentures, or other forms of interest in the equity of companies and/or economic interests from the respective activity;

c) Claims to money or to any other rights having an economic value, but does not include claims to money arising from commercial contracts resulting from the sale of goods or services, or credits granted in relation with this commercial contracts;

d) Intellectual property rights such as copyrights, patents, utility models, industrial designs, trade marks, trade names, trade and business secrets, technical processes, know-how and good will;

e) Concessions conferred by law under a contract or an administrative act of a competent state authority, including concessions for prospecting, research, exploitation and extracting of natural resources.

2 — Any alteration of the form in which assets are invested does not affect their character as investments, provided that such a change does not contradict the laws and regulations of the Party in which territory the investment was made.

3 — The term «investors» means any person from one Party that invests in the territory of the other Party, in accordance with its law:

a) Natural persons having the nationality of either Party; and

b) Legal persons, including corporations, commercial companies or other companies or associations, which seat is in the territory of either Party and are incorporated or constituted in accordance with the law of that Party.

4 — The term «returns» means the amount yielded by investments, over a given period, in particular, though not exclusively, includes profits, dividends, interests, royalties, technical assistance fees or other forms of income related to the investments.

5 — In cases where the returns of investments, as defined above, are reinvested, the income resulting from the reinvestment are also considered as income related to the first investments.

6 — The returns of investments are subject to the same protection given to the investments.

7 — The term «territory» means:

a) Concerning the Portuguese Republic: the territory in which the Portuguese Republic has, in accordance with international law and its national laws, sovereign rights or jurisdiction, including land territory, territorial sea and air space above them, as well as those maritime areas adjacent to the outer limit of the territorial sea, including seabed and subsoil thereof;

b) Concerning the Republic of Serbia: the area over which the Republic of Serbia exercises, in accordance with its national laws and regulations and international law, sovereign rights or jurisdiction.

Article 2

Scope

This Agreement applies to all investments made by investors from one of the Parties in the territory of the other Party, prior to as well as after its entry into force, in accordance with the respective legal provisions, but does not apply to any dispute resulting from facts occurred before its entry into force.

Article 3

Promotion and protection of investments

1 — Each Party shall encourage and create favourable conditions, within its territory, for investments made by investors of the other Party and shall admit such investments into its territory in accordance with its laws and regulations.

2 — Investments of investors of either Party made in accordance with the respective laws and regulations shall at all times be accorded fair and equitable treatment and shall enjoy full protection and security in the territory of the other Party.

3 — Neither Party shall in any way impair by unreasonable, arbitrary or discriminatory measures the management, maintenance, use, enjoyment or disposal of investments in its territory of investors of the other Party.

Article 4

National and most favoured nation treatment

1 — Investments made by investors of one Party in the territory of the other shall be accorded treatment that is not less favourable than the latter Party accords to the investments of its own investors or investments of investors of any third State, whichever is more favourable.

2 — Investors of one Party shall be accorded by the other Party, as regards the management, maintenance, use, enjoyment or disposal of their investments, treatment that is not less favourable than the latter Party accords to its own investors or to investors of any third State.

3 — The most favoured nation treatment also applies to the settlement of disputes.

4 — The provisions of this article shall not be construed so as to oblige one Party to extend to the investors of the other Party the benefit of any treatment, preference or privilege which may be extended by the former Party by virtue of:

a) Existing or future free trade area, customs unions, common markets or other similar international agreements

including other forms of regional economic co-operation to which either of the Parties is or may become a Party; and

b) Bilateral and multilateral agreements having or not regional nature, relating wholly or mainly to taxation.

5 — The Parties agree that the provisions of this article shall be without prejudice to the right of either Party to apply the relevant provisions of their tax law which distinguishes between tax-payers who are not in the same situation with regard to their place of residence or with regard to the place where their capital is invested.

Article 5

Application of other rules

1 — If the provisions of law of either Party or obligations under international law existing at present or established hereafter between the Parties in addition to this Agreement contain rules, whether general or specific, entitling investments made by investors of the other Party to a treatment more favourable than is provided for by this Agreement, such rules shall, to the extent that they are more favourable, prevail over this Agreement.

2 — Each Party shall fulfil any emerging obligations, beyond the ones prescribed in the present Agreement, regarding investments made by investors of the other Party in its territory.

Article 6

Expropriation

1 — Investments made by investors of either Party in the territory of the other Party shall not be expropriated, nationalised or subjected to any other measure with effects equivalent to expropriation or nationalisation (hereinafter referred to as expropriation) except by virtue of law, for a public purpose, on a non-discriminatory basis and against prompt compensation.

2 — Such compensation shall amount to the market value of the expropriated investments immediately before the expropriation or before the impending expropriation became public knowledge, whichever is the earlier.

3 — The compensation shall be paid without delay, shall include the usual commercial interest from the date of the expropriation until the date of payment and shall be prompt, effective, adequate and freely transferable in convertible currency, according to the exchange rate applicable on the date of the transfer in the territory of the Party in which the investment was made.

4 — Investors whose investments are expropriated shall have the right under the law of the expropriating Party to the prompt review, by a judicial or other competent authority of that Party, of their cases and of valuation of their investments in accordance with the principles set out in this article.

Article 7

Compensation for losses

1 — Investors of one Party whose investments suffer losses in the territory of the other Party, owing to war or armed conflict, revolution, a state of national emergency or other events considered as such by international law, shall be accorded treatment no less favourable by the latter Party than that Party accords to the investments of its

own investors, or of any third State, whichever is more favourable, as regards restitution, indemnification or other valuable settlement.

2 — Without prejudice to paragraph 1 of this article, investors of one Party who in any of the situations referred to in that paragraph suffer losses in the territory of the other Party resulting from:

a) Requisitioning of their property by the authorities of the other Party; or

b) Destruction of their property by the authorities of the other Party, which was not caused in combat action or was not required by the necessity of the situation, shall be accorded fair and adequate compensation for the losses suffered during the requisitioning or resulting from the destruction of their properties.

3 — The compensation foreseen in this article shall be, fair and adequate, paid without delay, and freely transferable in convertible currency, according to the exchange rate applicable on the date of the transfer in the territory of the Party in which the investment was made.

Article 8

Transfers

1 — Each Party, in accordance with its laws and regulations, guarantees to investors of the other Party the free transfer of amounts related to their investments, upon deduction of any due fiscal or financial obligations, in particular, though not exclusively:

a) The capital and additional amounts necessary to maintain or increase the investments;

b) The returns defined in paragraph 3 of article 1 of this Agreement;

c) The funds in service, repayment and amortisation of loans, recognised by both Parties to be an investment;

d) The proceeds obtained from the sale or from the total or partial liquidation of the investment;

e) The compensation or other payments referred to in articles 6 and 7 of this Agreement;

f) Any payments that may be made in the name of the investor in accordance with article 9 of this Agreement;

g) Payments resulting from the settlement of a dispute, according to article 11 of this Agreement;

h) The wages earned by foreign workers duly authorised to work in connection with the investment in the territory of the other Party.

2 — The transfers referred to in this article shall be made without delay, in convertible currency, at the exchange rate applicable on the date of the transfer in the territory of the Party in which the investment was made.

3 — For the purposes of the present article, a transfer will be considered as done «without delay» when such transfer takes place within the time normally used for the fulfilment of the necessary formalities, which should not in any circumstances exceed thirty (30) days from the date the requirement for transfer was presented.

Article 9

Subrogation

If either Party or its designated agency makes any payment to one of its investors as a result of a guarantee in

respect of an investment made in the territory of the other Party, the former Party shall be subrogated to the rights and actions of this investor, and may exercise them according to the same terms and conditions as the original holder.

Article 10

Disputes between the Parties

1 — Disputes between the Parties concerning the interpretation and application of this Agreement should, as far as possible, be settled by negotiations through diplomatic channels.

2 — If the Parties fail to reach such settlement within six (6) months after the beginning of negotiations, the dispute shall, upon the request of either Party, be submitted to an arbitral tribunal.

3 — The Arbitral Tribunal referred to in paragraph 2 of this article shall be constituted ad hoc as follows:

a) Each Party shall appoint one member and these two members shall propose a national of a third State as chairman to be appointed by the two Parties;

b) The members shall be appointed within two (2) months and the chairman shall be appointed within three (3) months from the date on which either Party notifies the other in writing that it wishes to submit the dispute to an arbitral tribunal;

c) The chairman of the arbitral tribunal has to be a national of a State, with which each Party maintain diplomatic relations.

4 — If the deadlines specified in paragraph 3 of this article are not complied with, either Party may, in the absence of any other agreement, invite the President of the International Court of Justice to make the necessary appointments.

5 — If the President is prevented from doing so, or is a national of either Party, the appointments shall be made by the member of the Court who is next in seniority and who is not prevented from doing the appointments and not a national of either Party.

6 — The Arbitral Tribunal shall define its own rules of procedure.

7 — The Arbitral Tribunal shall decide on the basis of the provisions of this Agreement as well as of the generally accepted principles and rules of international law.

8 — The Arbitral Tribunal shall decide by majority vote.

9 — The decisions of the Tribunal shall be final and binding for both Parties.

10 — Each Party shall be responsible for the costs of its own member and of its representatives at the arbitral proceedings. Both Parties shall assume an equal share of the expenses incurred by the chairman, as well as any other expenses.

11 — The Tribunal may make a different decision regarding costs.

Article 11

Disputes between a Party and an Investor of the other Party

1 — Any dispute which may arise between an investor of one Party and the other Party concerning an investment of that investor in the territory of the latter Party shall be settled amicably through negotiations.

2 — If such dispute cannot be settled in accordance with paragraph 1 of this article within a period of six (6) months

from the date of request for settlement, the investor may submit the dispute to:

a) The competent courts of the Party in which the investment was made; or

b) The International Centre for the Settlement of Investments Disputes (ICSID) through conciliation or arbitration, established under the Convention on the Settlement of Investments Disputes between States and Nationals of other States, opened for signature in Washington D.C., on March 18, 1965; or

c) An ad hoc arbitral tribunal established in accordance with the arbitral rules of the United Nations Commission on International Trade Law (UNCITRAL); or

d) Any other arbitration rules, provided that the State party to the dispute gives its consent.

3 — The decision to submit the dispute to one of the above mentioned procedures is final.

4 — Without prejudice to paragraph 3 of this article, if the investor chooses to solve the dispute in the national courts of the Party where the investment was made and if no decision has been awarded after a twenty four (24) month period, the investor may submit the dispute to international arbitration in accordance with paragraph 2 of this article, notifying the national court of this decision.

5 — The award shall be final and enforceable for the parties and shall not be subject to any appeal or remedy other than those provided for in domestic laws or regulations. The award shall be enforceable in accordance with the domestic law of the Party in whose territory the investment was made.

6 — Once the judicial or arbitral proceedings have terminated and a Party has failed to abide by or to comply with the award rendered in compliance with this article, both Parties may exceptionally use diplomatic channels in order to guaranty the enforcement of the said award.

Article 12

Consultations

Representatives of the Parties shall, whenever necessary, hold consultations on any matter relating to the interpretation and application of this Agreement. These consultations shall be held on the proposal of one of the Parties, which shall, if necessary, propose meetings at a place and a time to be agreed upon through diplomatic channels.

Article 13

Entry into force

The present Agreement shall enter into force on the thirtieth day following the receipt of the last written notification through diplomatic channels, stating that all the internal legal procedures for its entry into force have been fulfilled.

Article 14

Duration and termination

1 — The present Agreement shall remain in force for a period of ten (10) years.

2 — Unless either Party notifies the other, in writing and through diplomatic channels, of its intention to terminate the present Agreement at least one year before the end of

the initial ten years period, the present Agreement shall remain in force for indeterminate periods of five years.

3 — After the initial period of ten years, either Party may terminate at any time the present Agreement by giving at least one year's written notice to the other Party. The notice shall be sent through diplomatic channels.

4 — In respect of investments made prior to the date of termination of present Agreement, the provisions of articles 1 to 12 shall remain in force for a further period of ten years from the date of termination.

Done at Lisbon on this sixteenth day of 2009 in duplicate in the portuguese, serbian and english languages, all texts being authentic. In case of any divergence in the interpretation of this Agreement, the english text shall prevail.

For the Portuguese Republic:

Maria Margarida Figueiredo, Director-General for Technical and Economic Affairs of the Ministry of Foreign Affairs.

For the Republic of Serbia:

Dusko Lopandic, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary of the Republic of Serbia to the Portuguese Republic.

Decreto n.º 2/2010

de 8 de Março

A República Portuguesa e a República do Uzbequistão com vista a promoverem a cooperação no domínio económico e reconhecendo o papel desempenhado pelos fluxos de investimento no reforço da cooperação económica e na promoção da prosperidade dos dois países assinaram um Acordo sobre Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos.

O Acordo visa criar condições favoráveis aos investidores de ambos os Estados para que, no desempenho das suas actividades económicas, se estabeleçam no outro Estado com benefícios mútuos.

A concretização deste objectivo passa por nenhuma das Partes sujeitar os investimentos realizados no seu território por investidores da outra Parte a medidas de carácter discriminatório ou injustificadas.

O Acordo visa ainda proteger os investimentos de acções de expropriação, nacionalização ou de outras com efeitos equivalentes, permitindo que tal possa ocorrer apenas por força de lei, na prossecução do interesse público, sem carácter discriminatório e mediante pronta indemnização.

Prevê, também, a compensação por perdas em caso de conflito armado ou situações idênticas, estabelecendo o direito à devida restituição ou indemnização em termos idênticos aos praticados para os investidores nacionais de cada uma das Partes.

No respeito pela soberania e pelas leis do país receptor, o presente Acordo protege ainda a transferência de capitais com vista à promoção da prosperidade económica dos dois Estados.

Assim:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República do Uzbequistão sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos, assinado em Tashkent, em 11 de Setembro de 2001, cujo texto, nas

versões autenticadas nas línguas portuguesa, uzbeque e inglesa, se publica em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 28 de Janeiro de 2010. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Luís Filipe Marques Amado* — *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Assinado em 22 de Fevereiro de 2010.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 25 de Fevereiro de 2010.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DO UZBEQUISTÃO SOBRE A PROMOÇÃO E A PROTECÇÃO RECÍPROCA DE INVESTIMENTOS

A República Portuguesa e a República do Uzbequistão, adiante designadas como Partes Contratantes:

Desejando intensificar a cooperação económica entre os dois Estados;

Tendo em vista o encorajamento e a criação de condições favoráveis para a realização de investimentos pelos investidores de qualquer das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante na base da igualdade e do benefício mútuos;

Reconhecendo que a promoção e a protecção recíproca de investimentos nos termos deste Acordo contribuirá para estimular a iniciativa privada;

acordam o seguinte:

Artigo 1.º

Definições

Para efeitos do presente Acordo:

1 — O termo «investimentos» compreenderá toda a espécie de bens e direitos investidos por investidores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante, incluindo em particular mas não exclusivamente:

a) Propriedade sobre bens móveis e imóveis, bem como quaisquer outros direitos reais;

b) Acções, quotas ou outras partes sociais que representem o capital de sociedades ou quaisquer outras formas de participação e ou interesses económicos resultantes da respectiva actividade;

c) Direitos de crédito ou quaisquer outros direitos com valor económico;

d) Direitos de propriedade intelectual, tais como direitos de autor, patentes, modelos de utilidade e desenhos industriais, marcas, denominações comerciais, processos técnicos, *know-how* e clientela (aviamento);

e) Concessões conferidas por lei, contrato ou acto administrativo de uma autoridade pública competente, incluindo concessões para prospecção, pesquisa e exploração de recursos naturais.

Qualquer alteração na forma de realização dos investimentos não afectará a sua qualificação como investimentos, desde que essa alteração seja feita de acordo com as leis